

PARECER Nº , DE 2025

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS), em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.967, de 2019, do Senador Irajá, que *altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.*

Relator: Senador **DR. HIRAN**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 2.967, de 2019, do Senador Irajá, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a qual dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.

A proposição, em síntese, permite ao empregado sacar os valores de sua conta vinculada para a aquisição de um segundo imóvel, ainda que, anteriormente, tenha movimentado a referida conta para comprar a sua moradia.

A justificção no projeto reside na necessidade de se conferir maior autonomia ao trabalhador na movimentação dos valores depositados no FGTS.

A proposição foi distribuída à CAS, a quem cabe proferir decisão terminativa sobre a matéria.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.



II – ANÁLISE

Nos termos do art. 22, I, da Carta Magna, incumbe à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a disciplina das hipóteses de movimentação da conta vinculada do trabalhador encontra-se dentro do âmbito normativo do mencionado ente federado.

Além disso, não se verifica a existência de qualquer impedimento de ordem formal ou constitucional ao processamento da matéria, dado que a iniciativa para o tema pode ser exercida por qualquer parlamentar, conforme os arts. 22, I, 48 e 61 da Constituição.

Não se trata, ainda, de questão que demande a edição de lei complementar para a sua disciplina. Assim, a lei ordinária é o instrumento adequado para inseri-la no ordenamento jurídico nacional.

Por fim, os arts. 90, 91 e 100, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), conferem a esta Comissão a prerrogativa de se manifestar, terminativamente, sobre temas ligados às relações de trabalho.

Inexistem, portanto, óbices jurídicos ou regimentais para a aprovação do PL nº 2.967, de 2019.

No mérito, é louvável a iniciativa do Senador Irajá, no sentido de conferir maior autonomia aos trabalhadores na movimentação de sua conta vinculada do FGTS. Se o trabalhador julga que a melhor aplicação de seu dinheiro é a aquisição de um segundo imóvel, não deve o Estado impedir que ele utilize a parte do seu salário depositada no referido fundo para tal finalidade.

O segundo imóvel do trabalhador pode ser convertido em fonte de renda para ele e sua família, ao ser alugado para terceiros, por exemplo. O referido imóvel é passível, inclusive, de servir de moradia para algum ente querido, como seus filhos e genitores, não cabendo ao Poder Público limitar, sem justo motivo, a plena disponibilidade dos salários do empregado depositados em sua conta vinculada.

Além disso, na linha da justificação do projeto, a medida ora examinada pode contribuir para a injeção de recursos financeiros na construção civil, auxiliando, portanto, o aquecimento deste ramo da atividade econômica, que emprega milhares de brasileiros.



A proposição, assim, contribui para o bem-estar dos trabalhadores, tanto sob o prisma individual daquele que movimenta a conta do FGTS, como sob o enfoque coletivo, levando-se em conta a geração de empregos no ramo da construção civil.

Merece, por isso, a chancela deste Parlamento.

Calha, entretanto, apresentar três emendas ao PL nº 2.967, de 2019.

Considerando que já existe um § 23 no art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, inserido pela Lei nº 13.932, de 2019, e que os §§ 3º e 17 do mencionado dispositivo vedam a movimentação da conta vinculada do empregado para a aquisição de segundo imóvel, a permissão de saque ora examinada deve ser alocada no referido § 17, em substituição à proibição nele contida. Trata-se de emenda meramente redacional, sem o potencial de alterar o conteúdo do PL nº 2.967, de 2019.

Necessária, ainda, a revogação do mencionado § 3º, a fim de compatibilizar a Lei nº 8.036, de 1990, com a proposição em exame.

Além disso, a fim de que a ementa da proposição reflita o seu conteúdo, recomendável que nela se faça menção aos §§ 3º e 17 do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, únicos dispositivos alterados pelo projeto em foco.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.967, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 2.967, de 2019:

Altera o § e 17 e revoga o § 3º, ambos do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.



EMENDA Nº - CAS (DE REDAÇÃO)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei nº 2.967, de 2019:

Art. 1º. O § 17 do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 20**.....

.....

.....

§ 17. A conta vinculada poderá ser movimentada nas hipóteses previstas nos incisos V, VI e VII deste artigo, para aquisição de um segundo imóvel ainda que o trabalhador já tenha anteriormente utilizado os recursos da conta para aquisição de moradia própria.

.....” (NR)

EMENDA Nº - CAS

Insira-se o seguinte art. 2º no Projeto de Lei nº 2.967, de 2019, renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

Art. 2º. Revogue-se o § 3º do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

